



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social

### A REALIDADE SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE NO ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

VALÉRIA FERREIRA SANTOS DE ALMADA LIMA <sup>1</sup>

**RESUMO:** O texto desenvolve uma contextualização socioeconômica e política da região da América Latina e Caribe, com foco nos impactos das transformações experimentadas pelo sistema capitalista, em seu atual estágio de desenvolvimento e nos anos mais recentes marcados pela Pandemia da Covid - 19, sobre o mundo do trabalho e sobre a pobreza, na região. O texto conclui com indicações sobre os rebatimentos das transformações no mundo do trabalho e na realidade da pobreza da região, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e no mais recente contexto da pandemia sobre a configuração dos Sistemas de Proteção Social na atualidade.

**Palavras chave:** Contextualização; América Latina e Caribe; Transformações Capitalistas; Covid-19

**ABSTRACT:** The text develops a socioeconomic and political contextualization of the Region of Latin America and the Caribbean, focusing on the impacts of the transformations experienced by the capitalist system, in its current stage of development and in the most recent years marked by the Covid Pandemic - 19, on the world of work and on the poverty in the region. The text concludes with indications about the rebates of transformations in the world of work and in the reality of poverty in the region, in the current stage of development of capitalism and in the most recent context of the pandemic on the configuration of social protection systems today.

**Keywords:** Contextualization; Latin America and the Caribbean; Capitalist Transformations; Covid-19

## 1. INTRODUÇÃO

---

1 Professor com formação outra áreas. Universidade Federal Do Maranhão

Este texto se constitui em um dos produtos do projeto de pesquisa intitulado “PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA FOCALIZADOS E DE RENDA BÁSICA UNIVERSAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA E DA PÓS-PANDEMIA DA COVID-19: acompanhamento e análise da realidade internacional na América Latina, Caribe e destaque no Brasil”.

Como o próprio título sugere, o texto objetiva desenvolver uma contextualização socioeconômica e política da região da América Latina e Caribe, espaço geográfico da referida pesquisa, com o foco centrado nos impactos das transformações experimentadas pelo sistema capitalista, em seu atual estágio de desenvolvimento e nos anos mais recentes marcados pela Pandemia da Covid - 19, sobre o mundo do trabalho e sobre a pobreza, na região universo do estudo. Trata-se de uma reflexão necessária para se compreender o atual lugar ocupado pelos Programas de Transferência de Renda Focalizados e de Renda Básica Universal nos Sistemas de Proteção Social da região, bem como as reconfigurações por estes experimentadas na atualidade, sobretudo a partir da Pandemia.

Para tanto, o texto contém, além desta introdução, um primeiro item que analisa as transformações experimentadas pelo sistema capitalista, em âmbito mundial, em seu atual estágio de desenvolvimento e suas implicações sobre o mundo do trabalho, agudizadas pelos efeitos da Pandemia da Covid-19. Em seguida, desenvolve uma reflexão sobre a incidência das referidas transformações capitalistas, nas particularidades da região da América Latina e Caribe, considerando seus traços estruturais já herdados do passado, com o foco centrado, sobretudo, em indicadores de mercado de trabalho e de pobreza, tomando-se como corte temporal o período compreendido desde o início da década de 1990 até a atualidade. O texto finaliza, a guisa de conclusão, com indicações sobre os rebatimentos das transformações no mundo do trabalho e na realidade da pobreza da região, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e no mais recente contexto da pandemia sobre a configuração dos Sistemas de Proteção Social na atualidade.

## 2. O ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

As transformações experimentadas pelo sistema capitalista mundial, a partir do final da década de 1960, no contexto de mais uma crise estrutural do capital, bem como os desdobramentos do aprofundamento de tal crise, desde 2008, ocasionaram a expansão significativa de uma tendência de precarização do trabalho, impondo a uma parcela crescente da classe trabalhadora um estado de profunda insegurança e instabilidade.

Efetivamente, com o esgotamento do regime de acumulação fordista e o processo de reestruturação produtiva daí decorrente, rumo ao chamado regime de acumulação flexível, assistiu-se a um aumento do desemprego estrutural, ocasionado pelas inovações tecnológicas, pautadas na automação e nas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Paralelamente, como resultado das inovações organizacionais e das novas formas de gestão e contratação da força de trabalho, direcionadas a flexibilizar o processo e as relações de trabalho, ampliaram-se significativamente as tendências à terceirização, informalização e precarização das relações de trabalho. (HARVEY, 2017)

Tal processo assumiu uma magnitude tal que fez emergir, sobretudo nos países do Norte, um amplo debate em torno da possibilidade da emergência de uma “nova classe” que Guy Standing denominou de “precariado”. (STANDING, 2011). Esta compreenderia um novo contingente da classe trabalhadora com características bem distintas do operariado europeu tradicional, sendo este último constituído por uma forte aristocracia operária, oriunda da gênese do movimento operário e, posteriormente, pelo proletariado herdeiro do paradigma industrial taylorista-fordista e do Welfare State Keynesiano. (ANTUNES, 2018)

Comungando com a tese defendida por Ricardo Antunes (2018), longe de se constituir em uma “nova classe”, esse contingente de trabalhadores precarizados integra uma nova morfologia da “classe-que-vive-do-trabalho”, que se tornou mais complexa e heterogênea, sob o impulso da crise estrutural do capital, do processo de reestruturação produtiva, do avanço do neoliberalismo e da dominância do capital

financeiro.

De fato, para o citado autor, “a classe-que-vive-do-trabalho”, em sua nova morfologia, “compreende distintos polos, que são expressões visíveis da mesma classe trabalhadora”, sobrepondo-se tal diferenciação às já históricas clivagens de gênero, geração, etnia/raça, nacionalidade, migração, qualificação, etc, que marcam tradicionalmente a classe trabalhadora. (ANTUNES, 2018)

Assim sendo, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, se aprofundam as formas de superexploração da força de trabalho, em um contexto de ampliação da superpopulação relativa, de fragmentação e fragilização da organização sindical e de crescente desregulamentação das relações de trabalho. Nesse contexto, compõem a nova morfologia da classe trabalhadora: por um lado, o operariado herdeiro da era do keynesianismo-fordismo, crescentemente ameaçado pelo desemprego e pela perda de direitos conquistados no período áureo do *Welfare State*; por outro lado, uma parcela mais precarizada do proletariado, predominantemente jovem, politicamente mais desorganizada, que desenvolve trabalhos informais, parciais, por tempo determinado ou intermitentes, largamente vinculados aos serviços, e que já nasce sob o signo da negação de direitos. (ANTUNES, 2018)

Cumprе ressaltar que a tendência à superexploração da força de trabalho é inerente à própria dinâmica da acumulação capitalista, pautada na extração da mais-valia. O desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista é marcado por sucessivas transformações do processo de trabalho, mediante inovações tecnológicas e organizacionais, voltadas para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle do trabalho pelo capital e das formas de extração da mais-valia absoluta e relativa.

Contudo, conforme salienta Ricardo Antunes (2018), a superexploração da força de trabalho e a precarização, embora intrínsecas ao capitalismo, são tendências que ao longo do desenvolvimento histórico têm se atenuado ou intensificado, dependendo do padrão de acumulação vigente e da capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora.

De fato, comparando-se o atual estágio de desenvolvimento do

capitalismo, sob a égide do regime de acumulação flexível, do avanço do neoliberalismo e da dominância do capital financeiro, com o estágio que lhe antecedeu, marcado pelo regime de acumulação fordista e pelo *Welfare State* de inspiração Keynesiana, pode-se ilustrar o afirmado anteriormente.

Naquele contexto que marcou o II Pós-Guerra, conhecido como os trinta anos de glórias do capitalismo e que se estendeu até meados dos anos 1960, predominou uma situação de pleno emprego, de acirramento da Guerra Fria e de avanço das forças sociais de contestação da ordem vigente, as quais tinham como principais canais de expressão e de representação dos seus interesses o emergente sindicalismo de massa e os partidos políticos de esquerda. A resultante de tais determinações sócio-históricas foi a consolidação, nos países centrais, do estatuto do trabalho protegido, respaldado por um Estado de Bem Estar Social que desempenhou um papel ativo em suas funções distributivas, intervindo na ordem social mediante o provimento direto de bens e serviços sociais necessários à reprodução da força de trabalho, a ampliação dos direitos de proteção ao trabalho assegurados por lei e a institucionalização de um sistema público de proteção social. (LIMA, 2002)

Contudo, segundo Bob Jessop, esse padrão de regulação, que caracterizou o *Welfare State* Keynesiano e que deu sustentação ao regime fordista de acumulação, perdeu sua eficácia como força estrutural estratégica capaz de assegurar as condições de valorização do capital e parte dos custos de reprodução da força de trabalho, passando-se a pôr em xeque o estatuto do trabalho protegido (JESSOP, 1991). Assim sendo, para atender às novas exigências de valorização do capital impostas pelo atual regime de acumulação flexível, em um contexto de crescente desemprego, de fim da Guerra Fria, de fragmentação e fragilização da organização sindical, de avanço da ideologia neoliberal e de mundialização do capital emerge uma nova forma de Estado que o autor denomina de *Workfare State* Shumpeteriano.

Este último, diferentemente do primeiro, abandona o compromisso com a manutenção do pleno emprego em economias nacionais relativamente fechadas e passa a ter como foco promover a inovação da produção, dos processos de

organização e dos mercados, bem como a flexibilização e redução dos custos do trabalho em prol da competitividade de economias abertas à concorrência internacional.

Nesse sentido, as chamadas “políticas de integração”, centradas no estatuto do trabalho protegido, de cunho universalista e distributivo, desenvolvidas pelo *Welfare State* Keynesiano, cedem lugar ao que Robert Castel denominou de “políticas de inserção” (CASTEL, 1998). Estas assumem um caráter residual, sendo focalizadas nos segmentos sociais mais vulneráveis, para os quais há hoje poucas chances de integração mediante um emprego protegido, em face das especificidades do atual regime de acumulação e do padrão de regulação vigente. Assim sendo, tais políticas perdem o seu pretense caráter provisório, tornando-se permanentes, com vistas a compensar os efeitos perversos dos imperativos da flexibilidade e da competitividade que governam o *Workfare State* Shumpeteriano.

Ademais, além de se tornarem permanentes, inaugurando, para a população a que se destinam, o que Robert Castel denominou de “nova modalidade de existência social”, situada em uma camada intermediária, entre a integração e a completa exclusão, tais “políticas de inserção”, de cunho assistencial, tendem a se ampliar em contextos de crises e de intensa desestruturação do mercado de trabalho, tal como o atualmente vivenciado pelo mundo, ocasionado pela Pandemia do Novo Coronavírus. (CASTEL, 1998)

Com efeito, já se vinha assistindo, mesmo anteriormente à pandemia, a uma profusão de políticas públicas desta natureza, em um cenário mundial dominado pelo triunfo da ideologia neoliberal, sendo elas inclusive constitutivas do atual padrão de regulação econômica e social de inspiração neoliberal, o qual, conforme já ressaltado, visa a, por um lado, assegurar as condições de flexibilidade necessárias ao atual regime de acumulação flexível e, por outro, “[...] ocupar-se dos válidos invalidados pela conjuntura”. (CASTEL, 1998, p. 559)

Em face dos efeitos da pandemia sobre a economia mundial e, particularmente, sobre o mercado de trabalho, milhões de trabalhadores, sobretudo aqueles já marcados pelas condições de instabilidade e precariedade, engrossaram as fileiras de desempregados à procura de programas de transferência monetária já

em desenvolvimento e de outros programas emergenciais desenvolvidos pelos governos para enfrentar a crise.

### **3. TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS, O CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 E SUA INCIDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE**

Particularmente na América Latina, todas as já referidas transformações societárias ocorridas a partir dos anos 1970, no contexto do processo de globalização dos mercados e mundialização do capital, associadas à eclosão da crise da dívida externa e consequentes desequilíbrios macroeconômicos, que incidiram sobre a maioria dos países da região, impuseram, sob a liderança dos países centrais e dos organismos internacionais, a adoção de novas medidas de gestão da política econômica inspiradas nas diretrizes definidas no Consenso de Washington.

Tais medidas compreendiam um conjunto de reformas estruturais visando à liberalização da conta corrente do balanço de pagamentos e de sua conta de capitais, à desregulamentação dos controles de preços na economia, especialmente, salários, taxa de juros e taxa de câmbio e à privatização de áreas importantes da atividade produtiva. A estas se associavam, de um lado, políticas macroeconômicas de austeridade fiscal e disciplina monetária, articuladas a cortes nos gastos públicos, reformas administrativas, previdenciárias e fiscais, com vistas a superar a crise da dívida externa, o elevado déficit público e a inflação; e, de outro, políticas microeconômicas direcionadas à desoneração do capital e ao aumento da competitividade das empresas dos países periféricos em um mercado internacional aberto e desregulado. Por último, merece destaque a ruptura com o modelo de industrialização adotado pela maioria dos países da região desde meados dos anos 1950, pautado na substituição de importações (LIMA et al, 2014).

Tal processo de ajuste estrutural experimentado pela maioria dos países da periferia latino-americana, sobretudo ao longo dos anos 1990, trouxe consequências nefastas do ponto de vista da estrutura produtiva, do mercado de trabalho e dos índices de pobreza da região.

Com efeito, a brusca e indiscriminada exposição das empresas nacionais à concorrência internacional, resultou em um processo de desindustrialização e desnacionalização das economias da região.

Progressivamente, as economias da região latino-americana reatualizaram a sua inserção passiva e subordinada na nova divisão internacional do trabalho, agudizando à sua histórica vocação primário-exportadora, especializando-se na exportação de commodities minerais e agrícolas.

Além dos processos de desindustrialização e reestruturação que derivaram no fechamento de muitas empresas, as que sobreviveram, ou foram incorporadas pelo capital estrangeiro, ou adotaram estratégias de reestruturação produtiva muito mais voltadas para a redução e flexibilização dos custos do trabalho do que para inovações tecnológicas.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, assistiu-se ao agravamento de alguns traços perversos herdados do passado, expressos na heterogeneidade estrutural - com a convivência de setores modernos, de alta produtividade com setores arcaicos, de baixa produtividade - e nos elevados índices de informalidade e de precarização das relações de trabalho.

Com efeito, segundo dados da CEPAL (2012), entre 1990 e 2002, a taxa média de desemprego na região cresceu de 4,5% para 11,1%. Tal agravamento do desemprego, associado a um processo sistemático de desregulamentação das relações de trabalho, em um contexto já historicamente marcado pela fragilidade dos mecanismos de proteção social de amplas camadas da população, resultaram na intensificação da precarização do trabalho. Segundo o Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), oito de cada dez postos de trabalho criados nos anos 1990 correspondiam a ocupações de baixa qualidade no setor informal (Organização das Nações Unidas, 2002; LIMA et al, 2014).

Ademais, entre 1980 e 1998, a proporção de trabalhadores assalariados em ocupações de caráter temporário saltou de 6% para 20% na Colômbia; de 11% a 17% no Chile; de 1% a quase 10% na Costa Rica, enquanto no Equador 45% do total dos trabalhadores se inscreviam nessa modalidade de contrato de trabalho no final da década. Ao mesmo tempo, em meados dos anos 1990, o Paraguai, o Brasil e o Peru possuíam quase a metade dos seus trabalhadores urbanos sem contrato de trabalho e sem qualquer cobertura de Previdência Social (CEPAL; 2000).

Como saldo desse processo, ao final do século XX, quase a metade da

população da América Latina e Caribe se encontrava em situação de pobreza e a região mantinha o estigma de estar entre as mais desiguais do mundo. Com efeito, em 1999, a taxa de pobreza na região se situava em torno de 46%, o que representava 220 milhões de pessoas e apenas cinco pontos percentuais abaixo do patamar atingido no final dos anos 1980, considerada a década perdida (CEPAL, 2010).

Entretanto, durante a década de 2000, assistiu-se a uma importante inflexão em direção a uma significativa melhoria nos indicadores de mercado de trabalho, de pobreza e de desigualdade da região, mantendo-se, contudo, intocadas as suas características estruturais.

De fato, no final dos anos 1990, a insatisfação do eleitorado latino-americano com os partidos políticos que implementaram as políticas neoliberais implicou na derrocada de tais partidos do poder e na ascensão de partidos de esquerda, sob forte influência da pressão popular e das organizações sociais e sindicais.

Nesse contexto, marcado por importantes mudanças no mapa geopolítico da região, mais precisamente entre 2003 e 2010, observou-se uma diminuição da taxa de desemprego em resposta ao crescimento do PIB, acompanhada do aumento da taxa de ocupação e da elevação real dos salários-mínimos nacionais, que cresceram em média 40%. Além disso, o emprego assalariado cresceu de 65,2% em 1990 para 69% em 2010 e a informalidade caiu de 48,1% em 1990 para 42,7% em 2009 (CEPAL, 2012a).

Não obstante, em que pese a diminuição das taxas de desemprego e a recuperação dos salários-mínimos nacionais, a região da América Latina não superou os traços histórico-estruturais dos mercados e das condições de trabalho.

De fato, no final da década de 2000, 53% da população economicamente ativa na América Latina estavam fora do mercado de trabalho formal e mais da metade (56%) dos trabalhadores latino-americanos ocupados não eram cobertos pelos sistemas de Previdência Social (CEPAL, 2012a).

Portanto, permaneceu inalterada a profunda segmentação do mercado de trabalho, expressa na convivência de um setor de alta produtividade, representado pelas grandes empresas e pelo capital estrangeiro, que empregam apenas 19,8%

dos trabalhadores, com o setor de baixa produtividade, associado ao segmento informal e às pequenas empresas, que empregam 50,2% da força de trabalho latino-americana.

Por outro lado, segundo a CEPAL (2013), a taxa de pobreza da América Latina, em 2013, atingiu o patamar de 28,6%, representando 165 milhões de pessoas, o que significou uma redução expressiva em relação ao índice registrado no final da década de 1990 (45,6%). Em comparação com o ano de 2002, a queda acumulada foi de quase 16 pontos percentuais, dos quais 10,4 pontos percentuais correspondem à diminuição lograda até 2008, correspondendo a uma taxa média anual de 1,7%. Entre 2008 e 2013, o descenso foi mais modesto, da ordem de 5,4 pontos percentuais, e de 2011 em diante, observou-se um estancamento da tendência de queda experimentada na década anterior. (CEPAL, 2014)

Contudo, cumpre ressaltar que embora a região tenha experimentado importantes avanços nos indicadores sociais entre o início da década de 2000 e meados da década de 2010, desde 2015, ocorreram retrocessos em um contexto regional de baixo crescimento econômico, de profundas transformações demográficas e no mercado de trabalho, associadas a mudanças no campo político e ideológico, expressas na ascensão ao poder de governos de direita e de inclinação ultraliberal

De fato, partir de 2015, observou-se a deterioração de importantes indicadores do mercado de trabalho: aumentaram as taxas de desocupação e interrompeu-se o processo de formalização do emprego que havia ocorrido em diversos países nos anos anteriores, assim como a tendência de valorização dos salários reais.

No tocante à ocupação, a acentuada desaceleração do crescimento econômico entre 2010 e 2016 impactou fortemente na geração de emprego, inicialmente atenuando a dinâmica do aumento da taxa de ocupação e depois reduzindo-a. A leve recuperação do crescimento registrada entre 2017 e 2018 contribuiu apenas para a estabilização dessa taxa. Em contrapartida, a taxa média anual de desocupação urbana na região da América Latina e Caribe, sobretudo a partir de 2015 experimentou uma tendência de crescimento passando de 7,3% para

9,3% em 2017, mantendo-se neste nível em 2018. (CEPAL; OIT, 2019).

Por outro lado, no que tange à qualidade do emprego, vale ressaltar que embora em 2018 o número de ocupados no mercado de trabalho da região tenha crescido em torno de 1,7%, pelo sexto ano consecutivo observa-se uma tendência de maior expansão do trabalho por conta própria (geralmente de pior qualidade) comparativamente ao emprego assalariado. Com efeito, a expansão do trabalho por conta própria contribuiu aproximadamente em 49% para o aumento do número de ocupados no mercado de trabalho, enquanto a geração de emprego assalariado representou apenas 37% e outras categorias de ocupação contribuíram com 14% dos novos empregos. (CEPAL; OIT, 2019)

A debilidade da demanda por trabalho tem contribuído para uma tendência de desaceleração do crescimento dos salários reais. Efetivamente, em 2018 a mediana das taxas de crescimento do salário real do emprego registrado foi a mais baixa da década. Tal desaceleração do crescimento dos salários reais decorreu da adoção de uma política salarial mais conservadora pela maioria dos países da região em 2018 relativamente aos anos anteriores. Segundo dados da CEPAL; OIT (2019) entre 2012 e 2017 prevaleciam aumentos reais do salário-mínimo em torno de 2 a 3%, sempre superiores aos dos salários médios. Enquanto isso, em 2018, a mediana dos aumentos registrados foi de 1,5% (CEPAL; OIT, 2019).

Nesse contexto, a partir de 2014, a pobreza aumentou de forma sistemática, de tal forma que a América Latina e o Caribe passaram de 36,9% para 46,2% de sua população em situação de pobreza e extrema pobreza. Em termos absolutos esse aumento recoloca a região nos patamares do final da década de 1990, com mais de 280 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza.

Foi nesse contexto de regressão dos indicadores econômicos e sociais da região, em meio a retrocessos no campo político e ideológico, expressos no avanço do conservadorismo e do ultraliberalismo, que se sobrepôs a crise sanitária ocasionada pela Pandemia da Covid-19.

De fato, os dados publicados pela OIT não expressam apenas as consequências imediatas da redução no ritmo das atividades da economia em escala global face à pandemia, mas deixam em evidência as consequências das

profundas transformações do capitalismo iniciadas na década de 1970, agudizadas nos anos 1990, agravadas a partir das crises de 2008-2009 e levadas ao extremo no contexto do quadro sanitário mundial, implicando na ampliação dos já altos índices de informalidade, de precarização e de desemprego estrutural (ANTUNES, 2021). Tais traços, no caso da América Latina e Caribe, se agravaram em função da subordinação histórica como países da periferia do capitalismo, constituídos na base da agudização das expropriações e da superexploração da força de trabalho.

No caso da América Latina e Caribe, o trabalho informal atinge 53,1% dos(as) trabalhadores e trabalhadoras ocupados(as) na região, incidência que aumenta para quase 60% na América Central. Contudo, quando a OIT leva em consideração as unidades econômicas agregadas pela somatória de trabalhadores por conta própria e de empresas que contratam força de trabalho, a informalidade na América Latina e Caribe aumenta para 76,6% (OIT, 2018), evidenciando os efeitos decorrentes da ampliação das formas de precarização do trabalho.

Portanto, antes da pandemia adentrar em território latino-americano e caribenho, a região já se apresentava com baixo crescimento, alta desigualdade e níveis de informalidade em torno de 53%. Dessa forma, a paralização das atividades, em decorrência do COVID-19, significou um cenário massivo de trabalhadoras e trabalhadores sem proteção trabalhista e sem acesso ao seguro-desemprego.

Somente no primeiro ano da pandemia a taxa de desemprego aumentou 2,1 pontos percentuais, atingindo, em 2020, uma média regional de 10,5% e o nível de ocupação ficou abaixo de 50%, fazendo com que mais pessoas estivessem sem trabalho do que trabalhando, afetando especialmente as(os) trabalhadores informais, os(as) trabalhadores(as) sazonais, as mulheres e o setor de serviços<sup>2</sup>.

No final de 2020, e em função da tendência mundial de suspensão das medidas de confinamento, América Latina e o Caribe, assim como o resto do mundo, apresentaram recuperação dos indicadores do mercado de trabalho.

---

<sup>2</sup>Na América Latina e o Caribe, no serviço doméstico que representa quase 7% do total dos empregos da região, com alta incidência da participação das mulheres, uma de cada cinco trabalhadoras perdeu o emprego. Paralelamente, os setores que apresentaram as taxas mais altas de retração do emprego foram as áreas de hotelaria, a construção, o comércio e o transporte que concentram conjuntamente 40% do total do emprego regional (CEPAL, 2022).

Contudo, segundo CEPAL/OIT (2021), o ano de 2020 finalizou com taxas de ocupação inferiores e níveis de desemprego superiores aos observados antes do início da pandemia. Aliado a isto, durante 2019 e 2020, o aumento dos salários-mínimos nos países da região são considerados marginais quando comparados aos observados, entre 2010 e 2018<sup>3</sup>.

No quadro de crise sanitária global criaram-se verdadeiros laboratórios de experimentação do trabalho, que terão incidência decisiva no período pós-pandêmico (ANTUNES, 2021). Nessa perspectiva, a utilização das TICS nas modalidades de teletrabalho implementadas pelos diversos países e nas formas de organização do trabalho, com empresas que se apresentam como plataformas ou aplicativos, e que foram amplificadas com as medidas de distanciamento social, precisam ser analisadas no contexto das particularidades e traços estruturais da América Latina e o Caribe.

Na Região, segundo estudo da CEPAL/OIT (2021) o avanço de empresas de plataformas e aplicativos derivou em trabalho altamente precarizado, caracterizado pela instabilidade, significativa porção de tempo não remunerado, extensas jornadas de trabalho e ausência de proteção trabalhista. Modalidade que precariza ainda mais os trabalhadores desempregados e informais, com forte incidência dos(as) jovens e imigrantes<sup>4</sup>.

No contexto de aumento do desemprego, da precarização do trabalho, da informalidade e da redução dos salários e da jornada de trabalho, a região apresenta pelo sexto ano consecutivo um aumento da população em situação de pobreza e extrema pobreza. Conforme CEPAL (2022), a proporção de população em extrema pobreza aumentou, em 2021, para 13,8% e em situação de pobreza para 32,1%, perfazendo quase a metade da população da América Latina e Caribe (45,9%).

---

3A mediana no aumento regional dos salários-mínimos foi de 1,4%, em 2020 e 0,8% em 2019 (CEPAL/OIT, 2021).

4Na Colômbia, Costa Rica e na República Dominicana, por exemplo, 17%, 11% e 15% dos trabalhadores de plataformas são, respectivamente, imigrantes. Percentuais que tendem a aumentar no caso das plataformas vinculadas aos serviços de alimentação. Na Argentina e no Chile, por exemplo, 70% dos(as) trabalhadores(as) de entrega de alimentação são imigrantes recentes (CEPAL/OIT, 2021).

#### 4. CONCLUSÃO

As reflexões desenvolvidas neste texto permitem evidenciar que o mundo do trabalho vem experimentando um conjunto de transformações, sob a égide do atual regime de acumulação flexível - potencializado pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) - de avanço da ideologia neoliberal e de dominância do capital financeiro, cujas consequências mais marcantes são as crescentes tendências de superexploração da força de trabalho, de informalização e de precarização das relações de trabalho.

Nesse contexto de profundas transformações capitalistas em âmbito mundial, cujas manifestações concretas na América Latina e Caribe se desencadearam a partir da implementação de um conjunto de reformas estruturais, inspiradas no Consenso de Washington e impostas pelos Organismos Financeiros Internacionais, os países da região vivenciaram, entre o final da década de 1990 e início da década de 2000, uma forte deterioração dos seus principais indicadores socioeconômicos, em uma realidade já historicamente marcada pela heterogeneidade estrutural, pela segmentação do mercado de trabalho, pela pobreza e pela desigualdade social.

Com efeito, assistiu-se nas diferentes experiências nacionais, sobretudo ao longo dos anos 1990, à ofensiva reacionária do capitalismo global, com consequências estruturais significativas para a configuração de cada formação econômica e social e de seus Sistemas de Proteção Social.

É no processo global de redimensionamento dos Sistemas de Proteção Social dos diferentes países da região nos marcos do *ajuste estrutural* de inspiração neoliberal, que se inscreve a emergência e a ampliação dos Programas de Transferência de Renda, alcançando os contingentes de trabalhadores desocupados, empobrecidos, precários e informais que não conseguem reproduzir

suas condições materiais de existência. Portanto, a emergência, expansão e consolidação de tais programas, em termos amplos, estão associadas a dois processos combinados. De um lado, o direcionamento da intervenção social do Estado para a pobreza e a concomitante expansão da assistência, em atendimento ao princípio da focalização. De outro, a busca de respostas por parte dos governos eleitos, predominantemente de tendências progressistas, mas também dos próprios Organismos Internacionais, ao crescente conflito e questionamento social em relação às políticas de ajuste neoliberal e às consequências sociais por elas geradas, no sentido de reconstruir a estratégia de legitimidade (SILVA et al., 2015).

Cumprido ressaltar que ao longo da primeira década de 2000, assistiu-se a uma importante inflexão no panorama social da América Latina, alavancada por um cenário geral de crescimento econômico e de mudanças no mapa geopolítico da região expressas na ascensão de partidos progressistas ao poder. Neste contexto, observaram-se significativos avanços nos indicadores de mercado de trabalho, de pobreza e de desigualdade na região. Não obstante, tais avanços não foram suficientes para a superação de problemas históricos-estruturais que caracterizam a região

Isso posto, observou-se um processo de institucionalização dos Programas de Transferência de Renda que envolveu em cada país dinâmicas particulares, que partem do desenvolvimento de programas pontuais e de emergência em contextos de crise aguda para programas que pretendem constituir-se em permanentes, vinculados às estratégias globais de combate à pobreza estrutural para além de situações de emergência econômica e social. Ao mesmo tempo, seus processos de institucionalização implicaram, a extensão e a massificação da assistência, transbordando os estreitos limites da hiper focalização da década de 1990.

Por outro lado, no período mais recente, a partir da segunda metade da década de 2010, assiste-se a uma deterioração dos indicadores sociais em uma conjuntura de desaceleração do crescimento econômico, de aprofundamento das políticas neoliberais e de avanço do conservadorismo, sendo uma das principais expressões desse processo o aumento da precarização do trabalho e das medidas de flexibilização das relações de trabalho.

É nesse contexto, já caracterizado por uma profunda e crescente insegurança do trabalho, que se vivencia, hoje, no mundo e particularmente na América Latina e Caribe, uma crise sanitária sem precedentes na história da humanidade decorrente da Pandemia da Covid-19, cujos efeitos, em termos econômicos e sociais, expõem os limites do atual padrão de regulação, de inspiração neoliberal, ao mesmo tempo em que ensejam uma proliferação de Programas de Transferência Monetária de caráter emergencial, em grande parte deslocados dos Sistemas de Proteção Social e de cariz assistencialista, pondo em xeque a institucionalidade de tais Sistemas pautados no estatuto do trabalho e resultantes de importantes conquistas da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O trabalho no capitalismo pandêmico: para onde vamos?  
In: LOLE, Ana Caroline; MACHADO; Ana Caroline Gimenes; VIEGAS, Cristiane Moura; AMARAL, Luciane (Orgs.) *Diálogos sobre trabalho, serviço social e pandemia*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2018. (Mundo do Trabalho).

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. Panorama Social de América Latina, 2020. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021.

CEPAL. Panorama social de América Latina, 2021. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE/ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe: el futuro del trabajo en América Latina y el Caribe: antiguas y nuevas formas de empleo y los desafíos para la regulación laboral. Maio de 2019, n. 20. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/49167>; acesso em 10/07/2019.

\_\_\_\_\_. Cambio estructural para la igualdad: una visión integrada del desarrollo. Santiago de Chile, 2012.

-----, Panorama Social de América Latina 2013. Naciones Unidas, 2013. Disponível em: [www.eclac.cl](http://www.eclac.cl). Acesso em 27 jan. 2016.

-----, Panorama Social de América Latina 2014. Naciones Unidas, 2014. Disponível em: [www.eclac.cl](http://www.eclac.cl). Acesso em 27 jan. 2016.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Organização Internacional do Trabalho. Panorama Social de América Latina, 2000. Santiago de Chile, 2000.

CEPAL; OIT. Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe. Nº 24 (LC/TS.2021/71), Santiago, 2021.  
[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46955/1/S2100277\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46955/1/S2100277_es.pdf)

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 26ª reimpressão - São Paulo: Edições Loyola, 2017.

JESSOP, Bob. Changing forms and functions of the State in na era of globalization and regionalization. In: **European Association for Evolutionary Political Economy**, 1991, Paris. Anais..., Paris: [s.n.], 1991.

LIMA. Valéria Ferreira Santos de Almada; REIS. Carlos Nelson dos; ARREGUI. Carola C.; TRIPIANA. Jorge. Contextualização socioeconômica e política dos PTRC na América Latina. In. SILVA e Silva. Maria Ozanira (Coord.). Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe, São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, Valéria Almada. Reforma do Estado e Controle Social: limites e possibilidades da descentralização e do “terceiro setor”. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 127, jul./dez. 2002.

OIT. *Women and men in the informal economy: a statistical picture*. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2018. Disponível em: [https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS\\_626831/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_626831/lang--en/index.htm). Acesso em: 25 jul. 2021.

STANDING, Guy. **The Precariat: the New Dangeerous Class**. Nova York, Bloomsbury, 2011.